



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Ata da 107ª reunião, realizada em 20 de junho de 2017

1 Em 20 de junho de 2017, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho
2 Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da Secretaria de Estado de Meio
3 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte, Minas
4 Gerais. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o
5 presidente Jairo José Isaac, secretário de Estado de Meio Ambiente e
6 Desenvolvimento Sustentável, e a presidente suplente Maria de Fátima Chagas
7 Dias Coelho. Representantes do poder público estadual: Ivânia Moraes Soares, da
8 Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Amarildo José Brumano
9 Kalil, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa);
10 Euler Darlan Neves, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico,
11 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes); Fernando Silva de Paula, da
12 Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento
13 Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae); Marcela Lencine Ferraz, da
14 Secretaria de Estado de Saúde (SES); Juliana Silva de Oliveira, da Secretaria de
15 Estado de Turismo (Setur); Pedro de Freitas Moreira, da Secretaria de Estado de
16 Desenvolvimento Agrário (Seda); Luciano José Alvarenga, do Ministério Público do
17 Estado de Minas Gerais (MPMG). Representantes do poder público municipal:
18 Mário de Lacerda Werneck Neto e Thaís Mol Vinhal, da Prefeitura Municipal de
19 Belo Horizonte; Eric Alves Machado, da Prefeitura Municipal de Contagem;
20 Jaqueline Flaviana de Santana, da Prefeitura Municipal de Betim (representantes
21 dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco); Max Miller Fernandes
22 da Silva, da Prefeitura Municipal de São João do Manteninha (representante dos
23 municípios da Bacia Hidrográfica do Leste); Henrique de Freitas Santana, da
24 Prefeitura Municipal de Viçosa (representantes dos municípios da Bacia
25 Hidrográfica do Rio Doce); Antônio Carlos Vidal Barra, da Prefeitura Municipal de
26 Rio Pomba (representante dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do
27 Sul); Gabriel Augusto Campos, da Prefeitura Municipal de Itapeva (representante
28 dos municípios da Bacia Hidrográfica dos Rios Grande, Piracicaba e Jaguari).
29 Jaqueline Antério de Moura, da Prefeitura Municipal de Unaí (representante dos
30 municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba). Representantes dos usuários
31 de recursos hídricos: Ana Maria Laque Marinho, da Companhia de Saneamento
32 Municipal de Juiz de Fora (Cesama); Renato Junio Constâncio, da Companhia
33 Energética de Minas Gerais (Cemig); Nelson Cunha Guimarães, da Companhia de
34 Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Carlos Alberto Santos Oliveira, da
35 Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Odorico
36 Pereira de Araújo, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
37 (Fiemg); Irary Maria de Lourdes Braga e João Carlos de Melo, do Instituto

38 Brasileiro de Mineração (Ibram); Thiago Salles de Carvalho, da Associação
 39 Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel); Jadir Silva Oliveira, do Sindicato
 40 da Indústria do Açúcar no Estado de Minas Gerais (Siamig); Leonardo Romano, da
 41 Associação Mineira dos Criadores de Tilápia (Minas Tilápia); Pedro Luís Pereira
 42 Ribeiro, do Instituto Aço Brasil (IABr). Representantes de associações legalmente
 43 constituídas no Estado para proteção, conservação e melhoria do meio ambiente:
 44 Antônio Giacomini Ribeiro, da Associação para Gestão Socioambiental do
 45 Triângulo Mineiro (Angá); Carlos Eduardo Silva, da Associação de Proteção
 46 Ambiental de Unaí; Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, do Fórum Nacional da
 47 Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc). Representantes de
 48 associações civis com efetiva atuação em recursos hídricos: José Nelson de
 49 Almeida Machado, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
 50 (Abes); Leonardo Augusto dos Santos, do Conselho Regional de Engenharia e
 51 Agronomia (Crea); Cíntia Ribeiro de Freitas, da Ordem dos Advogados do Brasil
 52 (OAB); Carlos Alberto de Freitas, da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas
 53 (Abas). Representantes de universidades, instituições de ensino ou centros de
 54 pesquisa sediados no Estado e com atuação nas áreas de ensino e pesquisa em
 55 recursos hídricos ou educação ambiental: Wilson Akira Shimizu, da Universidade
 56 Federal de Uberlândia (UFU); Edson de Oliveira Vieira, do Instituto de Ciências
 57 Agrárias (ICA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Leonardo
 58 Campos de Assis, da Universidade de Uberaba (Uniube). **Assuntos em pauta. 1)**
 59 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2)**
 60 **ABERTURA.** O presidente Jairo José Isaac declarou aberta a 107ª reunião do
 61 Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e deu boas-vindas aos
 62 conselheiros. Em seguida, devido à necessidade de se ausentar da sessão por
 63 convocação do governo, passou a palavra à presidente suplente Maria de Fátima
 64 Chagas Dias Coelho para a condução dos trabalhos. **3) COMUNICADOS DOS**
 65 **CONSELHEIROS.** Conselheira Cíntia Ribeiro de Freitas: “Primeiramente, eu
 66 gostaria de agradecer e registrar a satisfação de estar ao lado do secretário
 67 municipal Mário Werneck, que toma assento como conselheiro aqui e do qual eu
 68 sou a sucessora na Comissão Estadual de Meio Ambiente. Eu encaminhei aos
 69 senhores hoje, na parte da manhã, e até peço desculpas em razão da pouca
 70 antecedência, mas são dois assuntos que tomaram uma proporção e uma
 71 relevância que merecem um comunicado. São dois ofícios que merecem atenção
 72 dos senhores, e eu gostaria que, se fosse possível, nós inseríssemos aqui para
 73 que este Conselho pudesse chancelar ou não a possibilidade do conteúdo. O
 74 primeiro deles é dando conhecimento do rompimento do canal de transposição do
 75 rio São Francisco ocorrido na localidade de Custódia, no Pernambuco. Eu sei que
 76 não é da competência do Conselho Estadual de Recursos Hídricos adotar
 77 nenhuma medida direta em relação a esse fato, mas para que nós, do Conselho
 78 Estadual, pudéssemos oficial para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e o
 79 Comitê de Bacias Hidrografias do Rio São Francisco, para que eles informem quais
 80 são as medidas que estão sendo adotadas em relação a esse rompimento, para

81 apuração de responsabilidades. O segundo ofício é de um assunto não menos
82 árido e diz respeito a uma proposição para que nós lancemos como condicionante,
83 para obtenção da outorga da retomada das atividades da mineradora Samarco, na
84 medida em que este Conselho tem como responsabilidade a discussão das
85 outorgas de águas para retomada das atividades. Para que nós lancemos como
86 condicionante a imediata instalação de medidas extrajudiciais de conflito de
87 reparação de indenização individual, especialmente em Mariana e região. Eu digo
88 isso porque a OAB, como eu externei nesse longo ofício que encaminhei aos
89 senhores, vem acompanhado o status, desde a data do rompimento da barragem
90 do Fundão, em Bento Rodrigues, e criou uma comissão especial, que vem
91 acompanhando os desdobramentos das medidas socioeconômicas e
92 socioambientais das pessoas que foram impactadas pelo desastre ambiental.
93 Passados um ano e sete meses, até hoje não houve nenhuma medida efetiva para
94 que essas pessoas fossem reparadas, de modo efetivo e individual, nos seus
95 direitos em razão dos danos ocorridos pelo desastre ambiental. Existe hoje uma
96 ação civil pública em curso, e essa ação tem um levantamento globalizado dos
97 danos individuais dessas pessoas, e, depois, na fase execução de sentenças,
98 esses valores serão individualizados, e isso pode demorar anos a fio. A nossa
99 maior preocupação é que a legislação de regência, especialmente o Código Civil,
100 e o entendimento majoritário do Superior Tribunal de Justiça preconizam que o
101 direito de ação individual de todas as pessoas que foram impactados por esse
102 desastre prescreve em três anos. Isso quer dizer que no dia 6 de novembro de
103 2018 o direito individual de cada cidadão impactado por esse acidente estará,
104 efetivamente, prescrito. O direito individual. E essas ações civis públicas, com todo
105 o imbróglgio jurídico que vem acontecendo, podem demandar muito tempo, e depois
106 do dia 6 de novembro de 2018, literalmente, essas pessoas vão ter que passar o
107 pires e se submeter àquilo que ficar decidido nas ações coletivas. Então o objetivo
108 é que nós, como conselheiros deste honrado Conselho, implementemos ou
109 requeremos para que a SEMAD, através do órgão competente pela instalação do
110 processo de licenciamento ambiental, para que instale – como uma das
111 condicionantes, dentre todas as outras de reparação socioambiental –,
112 imediatamente, uma ferramenta extrajudicial de solução de conflito. Dentre elas, o
113 Comitê de Cidadania e Conciliação da OAB, que hoje existe como uma das
114 ferramentas, que foi colocado, de forma voluntária e gratuita, à disposição da
115 população impactada e que tem, inclusive, como cooperador técnico, o professor
116 José Claudio Junqueira e mais outros dez engenheiros ambientais, biólogos e
117 quem mais quiser participar como corpo técnico. São essas as considerações que
118 eu submeto aos senhores conselheiros para que nós possamos promover, nesta
119 reunião, o encaminhamento desses dois assuntos.” Conselheira Maria Teresa
120 Viana de Freitas Corujo: “Eu quero fazer o meu informe, antes, e depois eu acredito
121 que a Mesa vai colocar em discussão a colocação da conselheira Cíntia, e eu teria
122 colocações a fazer, na ocasião. Eu trouxe alguns slides para dar um informe no
123 âmbito hídrico, para informar que, no dia 15, houve mais uma mortandade de

124 peixes a jusante da barragem de rejeitos da Anglo American. Tem um BO, e no BO
125 tem imagens dessas centenas de peixes mortos, outras imagens tiradas por
126 moradores. E me chamou atenção no BO que, além de dar as informações que
127 realmente constataram centenas peixes mortos, mais ou menos em um trecho de
128 150 m, a 2.000 m do alteamento da barragem de rejeito. A água apresentava uma
129 turbidez acentuada. E me chamou muito a atenção e preocupação que, na
130 informação do BO, eles entraram em contato com o NEA, que é o Núcleo de
131 Emergências Ambientais, que já tinham sido informados dessa mortandade, mas
132 me preocupou muito que a pessoa que recebeu essa ligação, por parte da Polícia
133 Ambiental, disse que não haveria necessidade de deslocamento da equipe, tendo
134 em vista que a mortandade de peixes não apresentava uma causa definida. Eu
135 fiquei preocupada. Se nós temos um Núcleo de Emergências Ambientais que é
136 comunicado de alguma coisa, ainda mais sendo a 2.000 m de uma barragem de
137 rejeito, mortandade de centenas de peixes, e se posiciona que não haveria
138 necessidade porque não apresenta uma causa definida, para mim, como uma
139 pessoa que vem militando há tanto tempo na questão ambiental e hídrica, eu fiquei
140 muito preocupada. Inclusive, quando peguei os pontos do BO e fui pôr no Google
141 Earth, dá para ver ali à esquerda. Então eu quis só deixar claro o seguinte: nós
142 estamos tratando de recursos hídricos, nós estamos tratando de uma atenção
143 plena que temos que ter com tudo que envolve acidentes, ‘entre aspas’,
144 ambientais. Porque eu sou uma leiga, mas mortandade de peixes sinaliza alguma
145 coisa. Se não houve ainda a garantia de qual foi o motivo, ainda mais abaixo de
146 uma barragem de rejeitos, tem que se averiguar até com mais agilidade, porque
147 pode ser indicativo de alguma coisa. Pode ser, como também não pode. Mas tem
148 que se verificar. E quero dizer um outro momento, que é o contraponto dessa
149 loucura que nós vivemos no âmbito ambiental. Eu estava falando que é como se
150 tivéssemos duas realidades: a realidade prática do que estamos vendo nos
151 lugares, do que estamos vendo na água, do estamos vendo no meio ambiente; e
152 quando chegamos a este universo dessas plenárias é surreal, as pautas são como
153 se tivéssemos uma situação superconfortável. E não estamos. Então eu quis trazer
154 uma notícia, que foi uma coisa boa, que foi construída de forma coletiva pelo CBH
155 Velhas, o Manuelzão e outros grupos. Foi a Expedição Rio das Velhas Te Quero
156 Vivo, que aconteceu entre os dias 28 de maio e 4 de junho. Esses cidadãos
157 mineiros andaram de caiaque no rio, em vários trechos, para registrar como está o
158 rio das Velhas. Começou em Ouro Preto, onde nasce a cachoeira onde tem o
159 Parque das Andorinhas e onde tem água limpíssima, o que deveria ser toda a
160 nossa água, em todos os lugares. Temos que ter esse sonho, independente de
161 parecer impossível. Envolveu muitas pessoas. Eu acho que nós temos uma
162 realidade que são as pessoas muito preocupadas com água, e nós temos uma
163 realidade terrível, na prática, desta gestão, quer seja de qualquer setor. Eu queria
164 deixar essa mensagem, porque é muito assustador tudo isso.” Conselheiro Luciano
165 José Alvarenga: “Eu queria fazer uma sugestão de inclusão de um item na próxima
166 reunião. Talvez pudesse ser feito pelo IGAM. Todos nós sabemos que na Lei 9.433,

167 lei federal, e na Lei 13.199, estadual, existe o conceito de áreas de restrição de uso
168 ou zona de restrição de uso, que são um tipo de espaço territorial especialmente
169 protegido, de acordo com a Constituição Federal, art. 225, §1º, inciso III, que tem
170 a finalidade de estabelecer algumas restrições em função de algumas áreas serem
171 cruciais para recarga hídrica e para conservação da circulação hídrica, da
172 quantidade e da qualidade de recursos hídricos. Eu tenho alguma curiosidade de
173 saber como isso está no Estado, como o Estado de Minas Gerais está se
174 posicionando em relação a essas áreas, tanto no que diz respeito à definição das
175 restrições concretas, em função das características de cada região, e, sobretudo,
176 em relação a uma delimitação específica dessas áreas. Eu acho que é um tema
177 importante que nós aqui, como Conselho, temos que discutir. A distribuição é
178 estadual, e eu sugiro que isso seja incluído em uma pauta de reunião, em breve.”
179 Presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Só a título de esclarecimento
180 sobre esse tema, esse assunto tem sido discutido na Câmara Técnica de Planos.
181 Realmente, é um tema que precisa ser mais debatido, quando se fala em área de
182 restrição, para além das restrições legalmente existentes, que devem ter dentro do
183 contexto dos Planos de Bacias. Isso não é uma realidade só de Minas Gerais, é do
184 plano nacional e de outros Estados. E uma solicitação da Câmara Técnica de
185 Planos, que veio do ano passado, foi que fosse organizado, primeiro, um evento,
186 pela dificuldade técnica dessas definições. Que fosse discutido com a comunidade
187 científica o que seriam essas áreas de restrição. Foi até o Dr. Bérqson, que faz
188 parte do nosso Conselho. Nós já preparamos o que seria o evento, um workshop
189 de dois dias trabalho, e eu solicitei que fosse pautada a agenda desse workshop
190 na próxima reunião da Câmara Técnica de Planos, porque nós ficamos de fazer
191 uma construção conjunta. Nós sugerimos alguns profissionais, e já nos deram
192 várias sugestões, mas nós queríamos que essa grade fosse aprovada na Câmara
193 Técnica de Planos. Eu acho que está pautada na CTPLAN, na próxima sexta-feira.
194 Então esse assunto será debatido, para esse evento ocorrer em setembro, salvo
195 engano.” Conselheiro Luciano José Alvarenga: “Eu gostaria de participar, ainda
196 que voluntariamente.” Presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Todos os
197 conselheiros serão convidados, e nós vamos estender e fechar a agenda.”
198 Conselheiro Mário de Lacerda Werneck Neto: “Eu só queria comungar com a ideia
199 da conselheira Cíntia, desde os primeiros dias do evento em Mariana, lamentável,
200 mas que infelizmente ocorreu. E dizer que vem se arrastando muito essas
201 questões, valores bloqueados, e eu acho que a pretensão da OAB é legítima e
202 gostaria de externar aqui, como ex-presidente que fui, o trabalho que vem sendo
203 feito. E dizer que realmente seria muito interessante que este Conselho discutisse
204 isso. Não há nenhum prejuízo para a empresa, porque os valores já estão
205 depositados e bloqueados em ações diversas. Então eu só gostaria de externar
206 aqui a minha posição de apoio à conselheira Cíntia.” Conselheiro Wilson Akira
207 Shimizu: “Eu só gostaria de trazer aqui o andamento do workshop internacional
208 que nós estamos realizando agora, do dia 11 ao dia 15 de julho. O tema é
209 planejamento e desenvolvimento sustentável das bacias hidrográficas. Nós

estamos com pesquisadores da Colômbia, de Cuba, da Polônia e vários pesquisadores nacionais. No fechamento realizado nesta semana, nós estávamos já com 480 inscrições. Então eu só reforço o convite. É uma oportunidade para debruçar sobre essa questão do desenvolvimento sustentável e da resiliência das bacias hidrográficas. Então eu convido as pessoas a entrarem no site da Universidade Federal de Uberlândia: www.eventos.ufu.br. Lá tem o banner do VI Workshop Internacional Sobre Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Bacias Hidrográficas. As inscrições vão ficar abertas até o dia 10 de julho.”

Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “Eu queria só fazer algumas observações. Primeiro, sobre a Resolução da ANA que foi publicada hoje. Eu aguardo o momento para discutirmos esse assunto. Com relação à proposta da Cíntia, eu acho que, primeiro, nós temos que ouvir a empresa para que possamos fazer uma deliberação. Primeiro que este Conselho não está apto para tomar essa decisão. Mesmo que fosse tomar uma decisão, eu gostaria que a empresa fosse envolvida, tanto a Fundação Renova quanto a Samarco, para que venha responder e também dar segurança se realmente está atendendo ou não a demanda da OAB. Com relação às palavras da conselheira Teca, eu tenho que concordar com o auto de infração, porque como nós vamos definir se foram realmente os rejeitos da barragem que vazaram que contaminaram os peixes? Então nós precisamos ter embasamento técnico para fazer essas afirmações e acusações, e também dar direito de defesa à empresa ora mencionada por ela.”

Conselheiro Carlos Eduardo Silva: “Como também eu estou como vice-presidente do Comitê do Doce e presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga, eu gostaria de citar que tanto o Comitê do Piranga, onde aconteceu o evento, como o Comitê do Doce nós estamos sempre em contato com a Samarco, BHP e Vale, junto com a Renova, participando do Comitê Interfederativo, das Câmaras Técnicas. Só para deixar claro que os Comitês de Bacias estão juntos nesse processo e em momento nenhum nós saímos dele.”

Presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Como há algumas opiniões controversas, nós recebemos hoje, e nós mesmos da SEMAD temos que examinar. Eu não enxerguei isso ainda como extra pauta, porque teria que consubstanciar melhor. Assuntos extra pauta podem entrar, sim, assim que o conselheiro coloque no momento oportuno a questão. Agora, eu não sei se é o caso de fazermos uma apresentação específica, porque deve ter uma reunião extraordinária logo no início de agosto. Internamente, nós vamos analisar os dois ofícios que foram encaminhados hoje, e, de repente, se a conselheira achar oportuno, nós pautamos e convidamos, como o conselheiro Odorico sugeriu, a Fundação Renova, e abrimos uma discussão mais específica sobre esse assunto, com mais material, talvez. Pode ser assim? Então vamos ficar desse jeito. Eu estou sendo orientada aqui: um pedido de um conselheiro para se incluir em pauta tem que ser votado pelo Plenário. Então nós colocaríamos em discussão submeter o assunto ligado à questão da barragem de Fundão, que a conselheira Cíntia colocou. Se os conselheiros concordam que coloquemos em pauta na próxima reunião do Conselho Estadual.”

Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo:

253 “É uma questão de ordem. É a primeira vez que eu vejo essa situação, e não
 254 entendo assim. Primeiro que é um pedido de inserção de um item na pauta da
 255 próxima reunião. E nós vamos votar se concordamos ou não sem nem discutir?
 256 Porque, inclusive, não tem na pauta item de pedido de outorga da Samarco
 257 relacionado com água. Todos os processos da Samarco estão suspensos, porque
 258 foi colocado pelo governo que haveria uma avaliação de tudo antes da retomada.
 259 Estamos ainda diante de pendências, inclusive, me parece que a declaração de
 260 conformidade de Santa Bárbara. Ou seja, nós temos tantas questões para ver isso
 261 que eu entendo ainda muito prematuro já aprovar aqui inserir na pauta uma decisão
 262 sobre uma outorga ou sobre condicionantes de uma outorga que nem compete
 263 neste momento. Isso para mim é inverter muito. Então eu não vejo sentido colocar
 264 uma votação. Senão começamos a trazer aqui outros assuntos de pauta, põe para
 265 votação mesmo que não tenha muito nexos. Eu estou achando que isso é muito
 266 prematuro, dessa forma.” Conselheira Irlany Maria de Lourdes Braga: Só para
 267 referendar e, ao mesmo tempo, enfatizar o que a Teresa e o Odorico falaram: é
 268 válida a discussão, mas não é aqui, é em outra Câmara, lá no COPAM.” Presidente
 269 Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Vamos então retomar o curso da nossa
 270 condução aqui. Nós estamos em ‘Assuntos Gerais’, e o secretário, como presidente
 271 do Conselho, recebeu dois ofícios hoje pela manhã. Eu acho que a Secretaria
 272 Executiva tem que examinar os dois ofícios para saber a pertinência e a destinação.
 273 Como ele preside o COPAM, o Conselho Estadual e a Câmara Técnica de Outorga,
 274 e esse assunto ainda não entrou em pauta, eu peço esse tempo para a equipe da
 275 SEMAD, do IGAM, do Sisema analisar os dois ofícios.” Conselheira Cíntia Ribeiro
 276 de Freitas: “O único pedido expresso é para que o recebimento seja registrado e a
 277 análise seja registrada.” Presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Está
 278 certo. Então não haverá inserção desse assunto na pauta, pelo menos neste
 279 momento.” **Inclusão na pauta.** Em atendimento a solicitação da presidente
 280 suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho, o Plenário do CERH aprovou por
 281 unanimidade a inclusão dos seguintes itens na pauta desta reunião: 1) Moção de
 282 reconhecimento aos trabalhos realizados por Eduardo Antônio Arantes do
 283 Nascimento na gestão de recursos hídricos no Estado de Minas Gerais. 2)
 284 Exposição e discussão sobre o Dia do Rio e condução pelo IGAM dos temas
 285 relacionados aos rios estaduais. **4) EXAME DA ATA DA 106ª REUNIÃO.** Aprovada
 286 por unanimidade a ata da 106ª reunião do Plenário do CERH, realizada em 20 de
 287 abril de 2017, com correção na linha 203: onde está escrito PCH, lê-se PCJ. Foram
 288 registradas abstenções de votos dos conselheiros representantes da UFU, Arsae,
 289 Cesama Juiz de Fora e Prefeitura de Rio Pomba. **5) PROCESSO DE OUTORGA**
 290 **DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS PARA ANÁLISE E**
 291 **DELIBERAÇÃO. 5.1) Horizontes Ltda. Brumadinho/MG. Processo de Outorga**
 292 **nº 10180/2009. Apresentação: Gerência de Pesquisa e Desenvolvimento de**
 293 **Recursos Hídricos (GPDRH) do IGAM.** Processo retirado de pauta com pedido
 294 de vista da conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo. Justificativa do
 295 pedido de vista: “O Parecer Único é uma síntese de todo o processo. Então nós

296 queremos olhar, porque podemos voltar lá atrás e entender melhor o que
 297 aconteceu. Nós não tivemos tempo de entrar no Siam, localizar todo esse histórico,
 298 desde 2009, e entender como foi feita uma canalização sem ainda ter tido a
 299 outorga, entender o que significou em termos de desvio, por acaso, que tenha
 300 havido do curso d'água. Nós queremos ter tempo de olhar isso profundamente,
 301 com todo esse histórico, até para estar mais confortáveis para poder opinar aqui.”

302 **6) APRESENTAÇÃO SOBRE A ESTRATÉGIA INTERSETORIAL DE REDUÇÃO**
 303 **DO USO DE AGROTÓXICOS EM MINAS GERAIS. Responsável: Secretaria de**
 304 **Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda).** José Antônio Ribeiro, da Seda, fez

305 exposição ao Plenário sobre a criação de uma comissão colegiada para elaborar e
 306 propor uma estratégia intersetorial de redução do uso de agrotóxicos e apoio à
 307 agroecologia no Estado de Minas Gerais, destacando que trata-se de um dos
 308 pilares do Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, considerando,
 309 inclusive, discussões em nível nacional. Contribuições da Câmara. Após a

310 exposição, foram registradas as seguintes contribuições dos conselheiros. O
 311 conselheiro Edson de Oliveira Vieira questionou como ficou a participação da
 312 sociedade no processo. “A sociedade vai fazer parte, há um processo de

313 conscientização da sociedade com relação a isso, de conscientização e de
 314 informação do que vem se praticando hoje em termos de agricultura
 315 convencional?” Questionou ainda se existe alguma ação para facilitar a exposição

316 e comercialização dos produtos provenientes da agroecologia e orgânicos. José
 317 Antônio Ribeiro, da Seda, informou que a estratégia irá “dialogar,
 318 permanentemente, com a Câmara Técnica de Agroecologia e Produção Orgânica,

319 na qual os movimentos sociais possuem assento e têm participado”. Destacou
 320 também que a Secretaria está atenta às necessidades de envolvimento da
 321 população e de divulgação para todos. “A mesma coisa em relação aos incentivos

322 à comercialização dos produtos orgânicos. É uma preocupação permanente que
 323 nós temos”, afirmou. O conselheiro Amarildo José Brumano Kalil reforçou que a
 324 Secretaria de Estado de Agricultura é parceria no trabalho para resolver a questão

325 do uso de agrotóxico e que tem uma busca constante da agricultura sustentável,
 326 passando pelo uso de recursos naturais. “O que nós buscamos é o caminho da
 327 agricultura sustentável. Especificamente em relação aos agrotóxicos, será lançado

328 um programa para certificação de produtos e propriedades agropecuárias, com
 329 grande potencial de certificação, com previsão de triplicar no próximo ano o número
 330 de propriedades sem uso de agrotóxicos, com o envolvimento do IMA e da Emater.”

331 Comentou ainda que “terão que ser buscadas outras alternativas de técnicas para
 332 produzir alimentos sem o uso do agrotóxico, além do cuidado com a segurança
 333 alimentar”. Conselheiro Antônio Carlos Vidal Barra: “Uma grande ferramenta para

334 reintrodução do alimento é conciliar o Programa Nacional de Alimentação Escolar,
 335 que já prevê aquisição de alimento de 30% da agricultura familiar. Começar a
 336 buscar os produtores de alimentos sem agrotóxico e divulgar para os pais das

337 crianças. É uma grande ferramenta para conscientizar a comunidade em geral.” O
 338 conselheiro citou ainda a importância de se incentivar a realização de feiras

339 agroecológicas. O conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro considerou “louvável a
340 atitude do governo de promover essa campanha de redução do uso de agrotóxico,
341 que é caro e arriscado, com risco de contaminação de quem aplica e de quem
342 consome”. Destacou também a importância de conscientização do consumidor e
343 ressaltou que a redução do uso de agrotóxico na agricultura possa diminuir o
344 impacto na qualidade das águas. **Moção de aplauso.** Antes da exposição e
345 discussão deste item de pauta, o representante da Seda registrou as seguintes
346 considerações acerca da moção de aplauso e reconhecimento a Eduardo Antônio
347 Arantes do Nascimento, aprovada pelo CERH nesta sessão. José Antônio Ribeiro,
348 da Seda: “Eu gostaria de dar os parabéns para vocês, conselheiros do Conselho
349 Estadual de Recursos Hídricos, pela aprovação de moção de reconhecimento ao
350 Eduardo Nascimento, que representou, dentre outras instituições, a Fetaemg. Uma
351 moção de reconhecimento já foi aprovada pela Comissão Permanente de
352 Educação no Campo, coordenada pela Secretaria de Estado de Educação, e
353 depois de amanhã, na reunião plenária do Conselho de Desenvolvimento Rural
354 Sustentável, nós vamos também submeter aos conselheiros uma moção similar,
355 nesse sentido de valorizar as pessoas. Todos nós não passamos ilesos por este
356 mundo. Eu acho que todos nós temos uma história, temos interesses que são
357 defendidos nos diversos espaços, e poucas pessoas conhecem a agricultura
358 familiar, a reforma agrária e as questões ambientais como o Eduardo Nascimento.
359 Eu disse que foram duas perdas: uma foi a morte dele e a outra foi o conhecimento.
360 Se alguém observava e conhecia o Eduardo, ele pouco anotava, ele guardava
361 muita coisa na cabeça, e provavelmente uma boa parte desse conhecimento ele
362 levou junto. Então eu acho que até uma forma de começarmos a pensar nessas
363 pessoas que são referência nas políticas públicas no nosso Estado de Minas
364 Gerais e pensar uma forma de sistematizar esse conhecimento para que continue
365 sendo referência para continuarmos construindo e consolidando essas políticas
366 públicas. Então eu gostaria de deixar esse recado para vocês.” **7)**
367 **APRESENTAÇÃO DO ESTUDO SOBRE OUTORGAS NAS BACIAS**
368 **HIDROGRÁFICAS DOS RIOS DAS VELHAS E PARAÓPEBA. Responsável:**
369 **Fórum Nacional da Sociedade Civil na Gestão de Bacias Hidrográficas**
370 **(Fonasc).** Item retirado de pauta conforme solicitação do Fonasc, por motivo de
371 saúde do conselheiro que iria fazer a apresentação. **8) APRESENTAÇÃO SOBRE**
372 **A DEFINIÇÃO DE CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE**
373 **ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO ESTADO DE MINAS GERAIS PARA**
374 **CONSTRUÇÃO DE RESOLUÇÃO ESPECÍFICA SOBRE OS SERVIÇOS DOS**
375 **PRESTADORES REGULADOS PELA ARSAE. Responsável: Agência**
376 **Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento**
377 **Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae-MG).** Fernando Silva de Paula, da
378 Arsae, fez apresentação ao Plenário sobre as ações para a elaboração de
379 resolução específica sobre os serviços dos prestadores regulados pela agência e
380 informou que poderão ser enviadas contribuições por e-mail até o dia 30 de junho.
381 Foram registrados os seguintes debates após a exposição. Conselheiro José

382 Nelson de Almeida Machado: “Eu acho que tem um problema político e econômico
383 por trás disso que deixa a situação estarrecedora em termos da perspectiva de
384 melhorar a situação do esgoto no Brasil. Existe um vício histórico no Brasil, que em
385 1970 o país tinha 40% da população urbana abastecida com água. Foi instituído o
386 Planasa, do qual resultou a Copasa, a Sabesp etc. A prioridade absoluta era o
387 abastecimento de água, e o esgoto ficou para trás. E agora, quando vem fazer um
388 sistema de esgoto segundo os padrões sanitários e ambientais adequados, a
389 população se recusa a pagar. Na verdade, o grande obstáculo que existe hoje para
390 o avanço do sistema de esgoto é que a população não aceita pagar pelo serviço
391 de esgoto. Na bacia do rio Doce, com 191 municípios no Estado de Minas Gerais,
392 em 2010, só tinha cinco que tratavam esgoto em mais de 50%. Ou seja, 186
393 municípios jogando esgoto bruto no leito do rio. E dos 191 municípios só tinha 15
394 aterros sanitários. Aonde nós vamos parar isso? E se o sistema não for sustentável
395 não tem jeito. E o sistema de esgoto sanitário custa muito mais caro do que o de
396 água. Então são algumas referências que eu acho interessantes colocar para os
397 conselheiros aqui, porque são obstáculos, e, se não forem tratados com devida
398 atenção e devido rigor, não vai acontecer a evolução.” Conselheiro Nelson Cunha
399 Guimarães: “Eu acho que ficou claro na apresentação da Arsae com relação aos
400 desafios do esgotamento sanitário, que são muitos. É um déficit histórico que existe
401 no Brasil, e realmente ainda precisamos avançar muito. Mas eu queria elogiar o
402 trabalho da Arsae, a metodologia que está sendo usada para essa resolução, que
403 está sendo feita de uma forma extremamente participativa.” Conselheiro Luciano
404 José Alvarenga: “Ordinariamente, nós somos Ministério Público, mas não somos
405 administração. Nós sabemos que o exercício da atividade administrativa
406 relacionado a coleta e tratamento é uma atribuição precipuamente municipal, e isso
407 para mim é um problema em um Estado que tem 853 municípios, em que há um
408 problema de falta de continuidade, muitas vezes, entre linhagens políticas
409 diferentes, em função de partidos diferentes. Muitas vezes, celebramos termos de
410 ajustamento de conduta ou ingressamos com ações judiciais, conseguimos
411 decisões favoráveis, mas não conseguimos avançar porque há descompromisso
412 na transição política. Esse é um desafio para nós também. Outro problema é que,
413 muitas vezes, há cobrança e não há prestação do serviço. É um problema muito
414 sério, e este conselho tem que entrar com uma proposição para essa questão. Há
415 avanços, mas estamos muito atrasados nisso, tanto a questão de efluentes líquidos
416 quanto a questão de tratamento de resíduos sólidos.” Conselheiro Gabriel Augusto
417 Campos: “Muitas das prefeituras não tratam esgoto como causa principal de
418 doenças veiculadas do esgoto, preferem investir em saúde, em médicos. Só que a
419 causa principal pelo esgoto e pela contaminação da água é meio desconsiderada.
420 Então é preciso maior atenção dos gestores municipais para ter esse pensamento
421 com o esgotamento sanitário, que é uma capacidade de não haver doenças na
422 população e na saúde ocupacional.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas
423 Corujo: “Quando se coloca que a pessoa não quer pagar pelo serviço de esgoto,
424 há que se ter uma análise sobre isso. Pelo que vimos acompanhando, quando as

425 pessoas pagam uma conta de água, elas já estão pagando esgoto. O que não está
426 acontecendo é a prestação do serviço de esgoto. Então o cidadão pagar duplicado,
427 quando na realidade já vem pagando há muito tempo, sem receber o serviço, que
428 é um direito legítimo da população. E há que se averiguar, inclusive, porque, como
429 essas empresas, a maioria, estão no mercado de ações, nós temos um contexto
430 de um serviço essencial que tem repercussão gravíssima nos cursos d'água e na
431 qualidade hídrica na mão de interesses, inclusive, de lucro e de capitalização.
432 Então quando se fala que não há recurso para investimento, mas quando pegamos
433 os balanços desses prestadores de serviços nos jornais, são vultosas quantias que
434 os acionistas estão ganhando. Então nós temos um ciclo em que existe o interesse
435 econômico, inclusive, nas prestações de serviços essenciais à população. E o
436 preço está sendo pago pelo meio ambiente, pelos nossos cursos d'água. Não tem
437 sentido ter grandes centro urbanos recebendo a água e a própria Copasa e todos
438 os outros SAAEs, ou o que seja, devolvendo essa água suja para os cursos d'água.
439 Então é extremamente grave. Nós já deveríamos estar muito adiante na solução
440 desses problemas, porque com isso, somado a toda a questão climática,
441 diminuição da produção de água, impacto nos aquíferos, impacto nas áreas de
442 recarga, desmatamento e todo o resto, nós estamos diante da situação em que a
443 realidade não é essa que está aqui nesta sala. É a realidade que está lá nos
444 territórios e que todos nós estamos vendo. Provavelmente, nós estamos bebendo
445 uma das piores águas das capitais, porque mesmo o tratamento da Copasa não
446 tira alguns elementos como metais pesados, hormônios, cafeína, e estamos com
447 tanto câncer e tantas doenças que estão dizimando a nossa população.” O
448 conselheiro Wilson Akira Shimizu apontou que foram verificadas falhas nos
449 sistemas, tanto de ordem “operacional, técnica, de infraestrutura, vontade política”.
450 “Quando se detecta isso, qual mecanismo tem para tentar corrigir? E onde está, na
451 visão da Arsae, os principais ‘nós’ que precisam ser resolvidos? E a Arsae é só
452 água e esgoto? Tem resíduos sólidos e drenagem pluvial? Por que não engloba
453 também esses dois aspectos?” Conselheiro Nelson Cunha Guimarães: “Quando
454 nós pagamos o serviço de água, nós não estamos pagando serviço de esgoto. São
455 coisas separadas, a taxa é diferenciada. Com relação à qualidade da água na
456 região metropolitana de Belo Horizonte, eu não sei qual é a fonte que você
457 (conselheira representante do Fonasc) tirou para dizer que é uma das piores do
458 Brasil. O meu referencial é de que seria uma das melhores. Com relação ao que
459 foi citado, a água tem que atender a Portaria de Potabilidade do Ministério da
460 Saúde nº 2914/2014. A nossa água atende plenamente essa portaria, é uma água
461 que todos os sistemas de abastecimento têm que atender, e são fiscalizados em
462 função disso. Alguns parâmetros citados, por exemplo, a cafeína não é
463 contaminante da água, e apenas um indicador de contaminante. E outros
464 contaminantes citados não constam da portaria.” Fernando Silva de Paula, da
465 Arsae: “Tem o fornecimento de água e o custo associado ao preço da tarifa de
466 água, que nós fazemos a amarração quando faz-se o cálculo da tarifa de esgoto,
467 que é algo estabelecido pela agência reguladora. Quando a população usuária é

abastecida com água e não utiliza os serviços de esgoto, ela paga apenas a tarifa de água, associada ao volume que consome, registrado no hidrômetro. Se conecta a uma rede coletora de esgotos, tem um avanço, e colocam-se 50% do custo da água associada à tarifa para que se paguem os serviços de coleta e afastamento dos esgotos. A tarifa estaria amarrada se a prestação do serviço for feita pela mesma concessionária. Caso esse esgoto possa ser submetido, antes do lançamento final, ao tratamento, então teria um avanço de mais 40%, alcançando então 90% do valor da água. No ponto colocado pelo José Nelson, há a dificuldade, muitas vezes, temos que considerar dois termos. Uma questão seria a disponibilidade ou disposição do cidadão em pagar por aquele serviço, e outra coisa seria a acessibilidade financeira, que temos estudo para considerar nessas deliberações normativas que estabelecemos. A agência é reguladora de água e esgoto e não é o saneamento todo. A tendência é que avancemos ao menos para regularizar resíduos também.”

9) APRESENTAÇÃO SOBRE O SISTEMA DE CADASTRO ON-LINE DE USO INSIGNIFICANTE DA ÁGUA. Responsável: Gerência de Pesquisa e Desenvolvimento de Recursos Hídricos (GPDRH) do IGAM. Thiago Santana, do IGAM, fez apresentação ao CERH do sistema de cadastro on-line de uso insignificante da água, lançado em maio deste ano.

Debates. A conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo questionou como está no planejamento a fiscalização do monitoramento das outorgas autodeclaratórias e quantos servidores foram alocados para esse monitoramento. “E, se o sistema on-line é de autocadastramento, se isso vai implicar automaticamente no acesso para acompanhamento da sociedade, para saber onde estão os usos insignificantes nas bacias, para o usuário fazer parte do processo de gestão.” Questionou ainda se o sistema “está casado com a localização espacial dos usos” e como pode ser acessado. A conselheira solicitou ainda a disponibilização dos dados em KMZ e registrou outras considerações. “Além de informar as coordenadas, também um KMZ. Na questão hídrica, tem que se pegar uma planilha Excel porque não está on-line. Eu sou a favor de agilidade para o pequeno, para que não haja morosidade pública, mas isso tem que ser associado à possibilidade de acompanhamento. Se é um sistema sofisticado, eu estou requerendo que estudem a possibilidade. Que daqui a um mês não se tenha uma planilha Excel, e quem estiver interessado na sua bacia saiba aonde estão os usos insignificantes e quem são, e que já possa acessar direto isso com informações on-line.” Thiago Santana, do IGAM, esclareceu que o sistema sempre foi autodeclaratório, desde o modelo tradicional. Para publicidade dos dados, informou que será disponibilizado relatório mensal de solicitações de cadastro de uso insignificante no próprio site do IGAM. Quanto à fiscalização, informou que será traçada uma estratégia, com a definição de ação excepcional em áreas a serem avaliadas como de maior demanda de uso insignificante. A presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho complementou as informações: “A ideia foi privilegiar o balanço hídrico. Como tem georreferenciamento, é o Geosiam, e nós precisamos que essa informação fique junto com a de outorga para não perdemos

o balanço hídrico. Mas nós estamos investindo e iniciamos o trabalho de modernização do sistema de outorga. Aí, sim, isso tudo vai ser revisto, a base georreferenciada, que vai acoplar a esse sistema. Optamos neste momento por trabalhar em articulação com o Geosiam porque não tínhamos condição de trabalhar com o Google Earth.” A conselheira Cíntia Ribeiro de Freitas questionou qual é o período de deferimento do cadastro e se as informações sobre os deferimentos serão disponibilizadas à sociedade. Thiago Santana, do IGAM, informou que o prazo de validade é de três anos e que todas as informações das certidões emitidas serão disponibilizadas no site. Conselheiro Jadir Silva Oliveira: “Quanto ao prazo de validade do cadastro, no caso das outorgas, elas passaram a ter validade da licença ambiental.” Thiago Santana, do IGAM, esclareceu que o uso insignificante não se vincula ao licenciamento ambiental.” O conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira cumprimentou o IGAM e a SEMAD “pelo avanço no sistema” e informou que irá se “aproximar do IGAM para realizar parcerias para capacitação de pessoal dos sindicatos produtores”. Conselheiro Nelson Cunha Guimarães: “Só reforçar o elogio, porque acho que foi um avanço extraordinário para o usuário e o órgão gestor. Realmente, foi um passo à frente.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Eu quero parabenizar a administração do IGAM por ter tomado essa iniciativa. Desafogou o balcão. A Supram do Triângulo Mineiro tinha filas enormes e hoje tem meia dúzia. Levavam cinco ou seis dias para dar vazão. Outra coisa interessante é que hoje estamos treinando o usuário pelo telefone ou WhatsApp, passo a passo, e antes se pagava para fazer.” Conselheiro Amarildo José Brumano Kalil: “Antes de mais nada, parabenizar o IGAM e o Sistema pela iniciativa. Será uma quantidade de informações tão importantes que vão ter espacialização, o volume enorme de água, e a questão é trabalhar mais com inteligência e usar essas informações, pois terá um cadastro no Estado inteiro com geoespacialização das informações. Agregado com outras informações, como do CAR, vai ter um volume de informações tão importantes. O mais rico eu acho que não está na fiscalização para verificar se está correto ou não aquela informação, o mais importante é enxergar a situação no Estado como um todo e utilizar essas informações para a estratégia, para fazer a gestão de recursos hídricos no Estado. Nós colocamos o Sistema Seapa à disposição, porque enxergamos nessa ação importantes ganhos e mais esse serviço que o Estado está prestando ao nosso produtor.” Conselheiro Fernando Silva de Paula: “Eu quero reforçar o coro de parabenização, porque é algo muito importante. A deficiência de informação com que lidamos é algo que grita a todo instante. Conversar com o Siam é fundamental, eu acho que é uma via de mão dupla, porque para outorgas também é importantíssimo.”

10) MOÇÃO DE APLAUSO E RECONHECIMENTO A EDUARDO ANTÔNIO ARANTES DO NASCIMENTO, IN MEMORIAM, PELA ATUAÇÃO NA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. O Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprovou, por unanimidade, moção proposta pela Presidência nos seguintes termos: “Moção de Reconhecimento nº 01/2017 – Moção de aplauso e reconhecimento ao Sr. Eduardo

554 Nascimento, in memoriam, pela atuação na gestão de Recursos Hídricos do Estado
555 de Minas Gerais. Os conselheiros estaduais de recursos hídricos do Estado de
556 Minas Gerais, reunidos em 20 de junho de 2017, aprovaram a presente moção de
557 aplauso e reconhecimento, in memoriam, por unanimidade, ao Sr. Eduardo Antônio
558 Arantes do Nascimento, pelas razões abaixo: 1) Pelo grande empenho e seriedade
559 com que o Sr. Eduardo Nascimento se dedicou às questões de gestão de recursos
560 hídricos. 2) Por sua participação efetiva e construtiva nos Comitês de Bacias
561 Hidrográficas do Estado de Minas Gerais. 3) Por seus dizeres e manifestos que
562 sempre instigaram e promoveram a conscientização ambiental, a boa gestão dos
563 recursos hídricos e a defesa da sociedade em geral. 4) Pela atuação em parceria
564 com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e demais entidades do
565 Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos na incessante busca da
566 melhoria da quantidade e da qualidade da água no nosso Estado. 5) Pela defesa
567 e apoio ao fortalecimento do IGAM. Os conselheiros estaduais de recursos hídricos
568 do Estado de Minas Gerais, ao concederem esta moção de aplauso e
569 reconhecimento, in memoriam, por unanimidade, ao Sr. Eduardo Nascimento,
570 estão cumprindo um dever de justiça em face da atitude desse representante que
571 em muito contribuiu em defesa dos recursos hídricos no Estado de Minas Gerais.
572 Belo Horizonte, Minas Gerais, 20 de junho de 2017.” **11) INFORME SOBRE O DIA**
573 **DO RIO.** A presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho fez um histórico das
574 discussões sobre a situação de restrição de uso da água na bacia do rio São
575 Francisco, que culminou na proposição do Dia do Rio pela Agência Nacional de
576 Águas (ANA). “Foi proposta, neste ano, restrição de uso em todo o São Francisco,
577 mas a ANA atua somente sobre os rios de domínio da União. A proposta de
578 restrição teria ganho de 40 m³/s, se reduzisse toda a irrigação na bacia em um dia
579 por semana, até novembro. Por isso, se chama Dia do Rio. Eu comentei que Minas
580 Gerais já tinha uma regra muito mais restritiva e que era baseada em percentuais,
581 para todos os usos, o nosso critério de vazão de referência. Além disso, nós temos
582 a Resolução 2302, que obriga os usuários a colocar horímetros, medidores de
583 água, medidores de vazão. E temos ainda perímetros de outorgas coletivas em que
584 os irrigantes irrigam dia par e dia ímpar. Eles se alternam. Ninguém irriga todo dia
585 no perímetro de outorga coletiva. A ANA resolveu ampliar a restrição para todos os
586 usos: indústria, mineração, excetuado abastecimento humano e animal. Hoje a
587 ANA publica a Resolução anunciando o Dia do Rio para os rios de domínio da
588 União. Em Minas Gerais, afeta o rio São Francisco, o Carinhonha. O Verde Grande
589 está fora porque já tem uma regra de restrição. O questionamento da ANA é por
590 que em Minas, aonde ainda não entrou em restrição, não se usa como primeira
591 faixa a restrição do Dia do Rio. Eu coloquei que conflita com a regra aprovada pelo
592 CERH, que é mais técnica. Já colocamos que podemos implementar campanhas
593 educativas de redução do uso da água. Eu fiz a proposta de ter, inclusive, o apoio
594 da ANA para trabalhar em uma campanha educativa para conseguir a redução do
595 uso. Deixar bem claro que em Minas nós aderimos, sim, ao Dia do Rio, porque já
596 o praticamos. Do ponto de vista de comando e controle, nós temos bastantes ações

597 restritivas, mas achamos que deveríamos trabalhar em uma vertente educativa,
598 fiscalização preventiva e alguma coisa nessa linha.” Conselheiro Renato Júnio
599 Constâncio: “A Cemig tem feito gestões e hoje precisa fazer o desassoreamento
600 do canal do Jaíba. Se isso acontecer, vai aliviar muito a questão da defluência de
601 Três Marias e aumentar a regularização. Hoje nós temos que completar nível. O
602 problema das captações é porque tem que soltar muita vazão para dar nível nessas
603 captações fixas. Assim como está acontecendo ao longo de todo o São Francisco,
604 a jusante de Sobradinho. Então essa é a nossa posição, e concordamos totalmente
605 com a posição colocada pela Fátima. Ainda vemos com desconfiança essa
606 questão, achamos que Minas já faz o Dia do Rio há muito tempo.” Conselheiro
607 Carlos Alberto Santos Oliveira: “O que nos interessa é que, efetivamente, Minas
608 Gerais já adota o Dia do Rio há muito tempo. O critério de outorga é o menor de
609 todos. O IGAM demonstrou, com muita propriedade, que não tem como espremer
610 mais aqui.” Conselheiro Amarildo José Brumano Kalil: “Nós estamos verificando
611 que, no caso específico, o problema não é exatamente vazão, mas problema de
612 infraestrutura de captação de água do rio, inclusive, no Jaíba. E a crise também
613 pela gestão mal feita na Bahia e por demais usuários. O Estado de Minas Gerais,
614 que cumpriu sua tarefa, perdeu milhões de investimentos, principalmente no setor
615 de agricultura, um grande demandante de água. Nós pagamos esse preço, e agora
616 querem que paguemos novamente. O critério mineiro é muito mais rigoroso.
617 Chega uma crise, e querem desconstruir todo o trabalho de conscientização que foi
618 feito, para garantir água para os demais Estados. Todos têm direito à água, mas
619 têm que fazer também o dever de casa. Nós achamos que não devemos acatar, e
620 o posicionamento deve ser firme para não deixar desconstruir o trabalho que está
621 sendo feito em Minas.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “É preciso ter uma
622 base técnica para o Plenário deliberar sobre o tema, o que irá representar em
623 volume etc. Na verdade, tem uma negociação e quais seriam as bases dessa
624 negociação. Nós já temos outros problemas relacionados com dificuldade de
625 implantar barramentos em função de solos hidromórficos, as leis de proteção de
626 veredas em Minas Gerais são muito severas. Então o produtor tem muita
627 dificuldade para produzir com sustentabilidade. E não foi nenhum recurso para lá
628 (com a transposição do rio São Francisco) para as cabeceiras dos nossos rios.
629 Temos que ter uma negociação para isso. E tem a questão de vazão de entrega
630 também.” Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “Eu concordo com as
631 colocações. O que nos preocupa muito é que isso foi uma decisão de cima para
632 baixo, sem consultar ninguém, sem amparo técnico nenhum. Não teve participação
633 dos usuários, e essa discussão vem desde 2013 no Comitê de Bacia. Então
634 estamos vendo muito claro o que é a representatividade no Comitê de Bacia
635 federal. Essa é a consequência. Agora nós temos que cobrar daquelas pessoas
636 que falaram que estavam defendendo Minas, cobrar a participação delas. Nós
637 levantamos que nove empresas em Minas vão ter que fechar as portas porque
638 precisam da água para operar. Então estamos transferindo renda de Minas para
639 Sergipe. Há dez anos vocês devem lembrar quantas indústrias de confecções

640 saíram de Minas para ir para o Nordeste. Essas empresas estão lá usando a nossa
641 água. Agora estão levando a nossa água e querem levar mais. E nós vamos ficar
642 assistindo isso? Nós não podemos aceitar essa imposição colocada em Minas
643 Gerais, pois já estamos fazendo a nossa contribuição. Que eles façam a deles
644 também. Temos que nos manifestar contrários a essa Resolução.” Conselheira
645 Cíntia Ribeiro de Freitas: “Nós recebemos informação de que na Paraíba a
646 restrição de consumo doméstico é de um dia para três. Para tratar de água, tem
647 que ser uma visão muito mais macro, porque tem toda a água exaurida no uso da
648 mineração e a utilização da água residuária. Tem tantas concepções que
649 precisamos pensar antes de cada um olhar para o seu próprio segmento. Se
650 fazemos uma campanha para restrição, a água doméstica, salvo engano,
651 representa 4% da utilização. Então a concepção tem que ser de modo geral. Eu
652 concordo que precisamos de critérios técnicos e temos que nos posicionar de modo
653 geral.” Conselheiro Renato Junio Constâncio: “São 40 m³ de economia previstos,
654 o impacto estimado, da redução de junho a novembro. E o trecho que vai,
655 representativamente, de 50%, em torno de 20 m³/s, é entre Três Marias e
656 Sobradinho. Foi o jeito mais fácil que a ANA achou de operacionalizar isso. O que
657 preocupa é o jeito como as coisas aconteceram. Nós estávamos na Plenária, e até
658 aquele momento eram só irrigantes. Agora imagina o pessoal da Votorantim em
659 Três Marias, que já tem um programa exemplar de reuso, de eficiência na questão
660 de eletrodos, parar de captar um dia. E como irão dar um reestarte à planta.
661 Falaram que vão judicializar. O que preocupa é o seguinte. Logo em seguida a
662 apresentação da ANA, eles apresentaram uma planilha de um valor que estava
663 depositado em conta no Comitê: R\$ 66 milhões em conta de recursos da cobrança.
664 Tentavam dar um valor de R\$ 30 milhões a R\$ 40 milhões na conta do Comitê. Nós
665 achamos um absurdo. Pode acontecer um esforço muito grande por Minas Gerais,
666 que já tem tudo isso de que falamos aqui, e não ter dinheiro para adequar nenhuma
667 captação a jusante. Aí nós vamos passar aperto, contribuir como já vimos
668 contribuindo ao longo dos anos, e não se resolverem as captações. As captações
669 como o Jaíba têm que ter recursos federais. Então é preocupante a questão. Nós
670 precisamos ter atenção, de um esforço muito grande por parte de Minas, para que
671 isso seja discutido.” Conselheiro Amarildo José Brumano Kalil: “Nós temos que
672 aproveitar esse fato como oportunidade para discutir, de fato, o problema que nós
673 temos. A verdade é que as condições climáticas estão mudando, está chovendo
674 menos no rio São Francisco, então nós temos que mudar toda a estratégica. É para
675 isso que servem a ANA, os Comitês e o Conselho. Existem técnicas e tecnologias
676 para mudar esse modelo. O modelo de irrigação não dá mais para ser aspersão,
677 canhão. Há uma série de tecnologias, e a forma de uso da água tem que mudar na
678 bacia. E nós temos que buscar soluções tecnológicas.” Conselheiro Antônio
679 Giacomini Ribeiro: “Nós precisamos ter uma posição bem fundamentada para isso.
680 Que sejam socializadas entre os conselheiros todas as informações disponíveis e
681 as que o IGAM for produzindo ao longo do tempo. Que se crie uma rede de
682 comunicação, porque esses entendimentos setoriais que nós temos precisam ser

683 compartilhados, para que o IGAM possa coordenar melhor e termos um andamento
684 mais fluido no Conselho.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo:
685 “Quem sabe essa oportunidade, que é muito grave, nos traga aquilo que o Amarildo
686 falou: começar a tratar a questão além dos momentos emergenciais. Estamos
687 falando não só de infraestrutura de captação, nós não temos que falar só de novas
688 tecnologias de uso da água. Nós temos que falar, inclusive, de uma gestão
689 ambiental preventiva. A região Sudeste cada vez vai ter menos chuva. E nós não
690 podemos ficar contando se tem chuva, tem água e não tem chuva, não tem água.
691 Aí nós vamos entrar em colapso. Então eu estou fazendo um apelo, quem sabe,
692 finalmente, neste Conselho, que é de política hídrica. Como o Estado, diante dessa
693 situação, está escolhendo como projetos prioritários sem considerar uma avaliação
694 ambiental integrada hídrica? Se é por aí ou se é para fazer escolhas. Nesse
695 determinado território de recarga ou de água subterrânea, não há mais como se
696 perder nem mais 0,5 m³/s de água. E isso não está sendo feito. Então, quando eu
697 falei que existem duas realidades, isso é real. Nós temos as realidades das
698 decisões. A Suppri (Superintendência de Projetos Prioritários/SEMAD) tem 16
699 funcionários, e o tempo inteiro aqui eu escuto que só temos dois hidrogeólogos
700 para cuidar do Estado todo, que só temos três da fiscalização para olhar a outorga,
701 e sempre está se colocando que não tem servidores. E eu sou surpreendida com
702 um ofício com 16 servidores para a Suppri, com 27 empreendimentos, nenhum
703 prioritário para a questão ambiental, e muitos prioritários para empreendimentos
704 altamente impactantes, em áreas de recarga, águas subterrâneas. É grave. Que
705 isso sirva para que consigamos começar a refletir a verdadeira política para
706 enfrentar essa coisa toda. Não pode ser a população pagando. Como eu vou
707 chegar à população e dizer ‘vamos vestir essa camisa e economizar água’, se eu
708 sei que estão havendo essas irresponsabilidades de perdas de água, de consumo,
709 de perdas de aquíferos. Isso é violentamente injusto, porque as pessoas vão
710 abraçar a causa, mas os setores econômicos não estão querendo abraçar,
711 verdadeiramente, a causa.” Conselheira Irany Maria de Lourdes Braga: “Eu queria
712 falar para a Teca. Eu fico muito triste quando escuto determinada postura, fico até
713 chateada mesmo, porque nós fazemos um trabalho, tentamos fazer um trabalho o
714 mais possível comum pensando no consenso de um grupo que pensa em
715 sustentabilidade, no fator econômico, no fator pessoa e no fator meio ambiente. O
716 tempo todo aqui dentro. Então quando eu escuto uma coisa dessa me dá uma
717 maior tristeza porque as pessoas não levam em consideração o que a indústria e
718 a mineração fizeram. Quando se falou de restrição, todas as mineradoras – a
719 maioria delas, as grandes – e indústrias trabalharam em restringir, em diminuir o
720 consumo de água, há dois anos, quando começou a ter problema de restrição.
721 Então olhe o que se vai fazer, não fique generalizando. Nós estamos trabalhando
722 é em conjunto. Então nós temos de parar, Teca, de perder tempo com picuinha,
723 como, por exemplo, pedir vista de um processo de uma canalização daqui até ali.
724 Nós temos que pegar são os elefantes mesmo, é hora de olhar e trabalhar com
725 isso. Não é ficar travando um negócio que não tem nada a ver. Nós estamos aqui

726 é para trabalhar juntos, não estamos aqui um lado se defendendo e outro lado
727 atacando. Isso não leva ninguém a lugar nenhum.” Conselheiro Odorico Pereira de
728 Araújo: “O setor minerário, de 2011 até hoje, está economizando mais de 80%,
729 está reusando 80% de água. No setor indústria, a Fiat Automóveis hoje não faz
730 captação nenhuma de água – a única captação é da Copasa – e recircula quase
731 100%, 99,9% da água. A Itambé, em Sete Lagoas, aproveita 100% da água do
732 desnatamento do leite. Isso representa economia de quase 60% de água que ela
733 deixa de captar no rio das Velhas. Na Votorantim está em torno de 60% o que ela
734 vem fazendo, implantando tecnologia, desde 2010. Então falar que nós não
735 fazemos nada, isso nos ofende, não dá para aceitar. Me desculpe, mas não dá
736 para aceitar.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu não falei,
737 especificamente, de reuso, eu falei de empreendimentos de mineração que
738 impactam água. Quem sabe trazemos esse assunto aqui. No Quadrilátero, onde
739 tem mineração de ferro, destrói o aquífero. Tem toda essa explicação técnica. Não
740 estamos falando do reuso. Se reusa, por que a mineração tem tantas outorgas?
741 No dia 7, eu estive em uma audiência pública em Brumadinho, da Vale, de
742 continuidade de Jangada e Feijão. O empreendedor afirmou para que a
743 comunidade de Casa Branca fique tranquila, em Córrego do Feijão e em Jangada,
744 que essa continuidade não vai precisar de mais água. Eu, como conselheira, entrei
745 no site para pesquisar nos licenciamentos: tem seis novos pedidos de outorga da
746 Vale/MBR para essa continuidade. Eu estava lá, me inscrevi e falei: ‘Senhor
747 empreendedor, foi afirmado nessa audiência pública que não vai ser necessário
748 mais uso de água nessa continuidade. Qual a justificativa de janeiro até agora, 7
749 de junho, vocês terem entrado com seis pedidos de outorga?’ Eu ainda não tive
750 tempo de olhar cada processo, porque é uma pena que não está on-line, e tenho
751 que entrar, procurar, anotar. Então se uma hora nós pudermos ter uma planilha –
752 quem sabe vocês do Ibram e do Sindixextra fazem – do total de outorgas ao longo
753 de um empreendimento tipo Brucutu, quanto vem sendo usado de água
754 subterrânea e também superficial. E pôr isso tudo numa planilha. Isso somado à
755 perda do aquífero. Porque, na hora que minera canga, tira a canga, põe na pilha
756 de estéril e chega à Itabirito Cauê, aquele território não vai mais produzir a mesma
757 água que produzia antes. Mas isso um longo assunto. Eu quero deixar claro que
758 não é uma questão de picuinha, eu não tenho tempo para fazer picuinha. É
759 preocupação, é comprovação, nos territórios, das grandes perdas de água onde
760 tem mineração. E nós termos sido surpreendidos com uma resposta do Germano
761 de que a Suppri já tem 27 processos prioritários, não tem um único voltado ao meio
762 ambiente, e, desses 27, 12 são empreendimentos de mineração, ou continuidade
763 ou expansão ou vários. A pergunta que eu trouxe aqui é: está na hora de se fazer
764 uma avaliação ambiental integrada, estratégica, com todos juntos, para pôr no
765 papel e verificar a questão da realidade hídrica do nosso território.” **12) ASSUNTOS**
766 **GERAIS.** Não houve manifestações. **13) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros
767 assuntos a serem tratados, a presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias
768 Coelho declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

769

770

771

772

773

774

APROVAÇÃO DA ATA

Maria de Fátima Chagas Dias Coelho
Presidente suplente do Plenário do CERH